

ANO 1-n. 01

JULHO/AGOSTO - 2012 | PUBLICAÇÃO BIMESTRAL  
ISSN 2238-4138

Revista Fórum  
TRABALHISTA

RFT

DIRETOR  
BENTO HERCULANO DUARTE

 EDITORA  
**Fórum**



# Sumário

Apresentação ..... 7

## DOCTRINA

### Artigos

A imprescindibilidade da negociação para a realização de dispensa coletiva em face da Constituição de 1988

**Carlos Alberto Reis de Paula** ..... 13

Eficácia horizontal dos direitos fundamentais na relação de emprego

**Carlos Henrique Bezerra Leite** ..... 25

	Introdução	25
1	Eficácia vertical dos direitos fundamentais de primeira dimensão	26
2	Eficácia vertical dos direitos fundamentais de segunda dimensão	27
3	Eficácia horizontal dos direitos fundamentais	28
4	Eficácia horizontal dos direitos fundamentais nas relações de emprego	29
4.1	Eficácia horizontal direta e indireta	29
4.2	Análise de um caso difícil	33
	Conclusão	39
	Referências	40

O direito de defesa na Justiça do Trabalho

**Cezar Britto** ..... 43

Ação Civil Pública. Legitimados e substituição processual, condenação e liquidação. A coisa julgada e litispendência

**Fernando Belfort** ..... 49

	Introdução	49
1	A Ação Civil Pública	51
1.1	Evolução legislativa brasileira	51
2	A Ação Civil Pública Trabalhista	52
2.1	Aspectos gerais	52
2.2	Direitos e interesses difusos e interesse coletivo	54
2.3	Competências material e funcional da Justiça do Trabalho para receber a Ação Civil Pública Trabalhista	57
3	Legitimados	62
3.1	Introito	62
3.2	Legitimação ativa do Ministério Público do Trabalho e dos sindicatos profissionais para o exercício da Ação Civil Pública Trabalhista	64
4	Condenação e liquidação da sentença	68
4.1	Natureza jurídica da sentença na Ação Civil Pública Trabalhista	68
4.2	Liquidação da sentença na Ação Civil Pública Trabalhista	68
4.3	Juízo competente para a execução das ações coletivas trabalhistas	69
5	Cosa julgada e litispendência	70

5.1	A coisa julgada na Ação Civil Pública.....	70
5.2	Litispêndência e Ação Civil Pública Trabalhista.....	73
5.2.1	Litispêndência entre ações coletivas.....	73
5.2.2	Litispêndência entre ação coletiva para tutela de interesse individual homogêneo e ação individual.....	74
	Conclusão.....	75
O trabalho intelectual na era da informação: pejotização. <i>Blogs</i> de consultas e contratos de imagem		
<b>Georgenor de Sousa Franco Filho</b> .....		79
1	Os <i>ismos</i> do trabalho e a era da informação.....	79
2	Pejotização.....	84
3	<i>Blogs</i> de consulta.....	86
4	Contratos de imagem.....	87
5	Conclusão.....	91
Ações de relação de trabalho – Acertos e desacertos jurisprudenciais		
<b>José Affonso Dallegre Neto</b> .....		95
1	A alteração dada pela EC nº 45/04.....	95
2	Classificação da competência material da Justiça do Trabalho.....	97
3	Ações movidas por servidor público.....	100
4	Conceito jurídico de relação de trabalho.....	106
5	Prescrição e rito.....	113
6	Honorários advocatícios na Justiça do Trabalho.....	118
6.1	Hipóteses de cabimento de honorários.....	119
7	Relação de consumo e relação de trabalho.....	122
8	Conclusão.....	127
	Referências.....	129
Os Serviços Sociais Autônomos – História do Sistema “S”		
<b>Pedro Paulo Teixeira Manus</b> .....		131
1	Conceito de sistema “S”.....	131
2	Histórico.....	131
3	Fundamento constitucional e legal.....	133
4	Finalidade.....	133
5	Financiamento e gestão.....	134
6	Problematização.....	135
Direitos laborais inespecíficos dos trabalhadores		
<b>Renato Rua de Almeida</b> .....		139
Meio ambiente de trabalho. Precaução e prevenção. Princípios norteadores de um novo padrão normativo		
<b>Tereza Aparecida Asta Gemignani, Daniel Gemignani</b> .....		145
1	Introdução.....	146
2	A lógica do descarte.....	147
3	Repristinação da <i>questão social</i> ?.....	148
4	As consequências.....	150
5	A função promocional do Direito.....	151
6	O princípio da precaução e o princípio da prevenção.....	153

7	Da responsabilidade. Teoria da menor desconsideração.....	155
8	Do ônus da prova.....	156
9	A edificação de um novo padrão normativo trabalhista.....	157
10	A importância da perspectiva preventiva.....	162
11	A atuação proativa do Poder Judiciário. A experiência de Cuiabá.....	163
12	Conclusão .....	164
	Referências.....	165

#### O alcoolismo e os reflexos sociojurídicos sobre as relações de trabalho

<b>Zéu Palmeira Sobrinho</b> .....	167	
1	Considerações iniciais.....	167
2	Conhecendo o problema do uso do álcool: informações gerais e estatísticas.....	168
3	Em que consiste a Síndrome de Dependência ao Álcool (SDA)? .....	171
4	Efeitos do alcoolismo no meio ambiente do trabalho .....	174
5	O que é importante saber sobre o diagnóstico e o tratamento da Síndrome de Dependência ao Álcool (SDA)?.....	175
6	Os exames admissionais ou periódicos do empregado para fins de confirmação de sinais de alcoolismo.....	178
7	Tratamento .....	178
8	Nexo causal e alcoolismo.....	180
9	A posição da jurisprudência .....	182
10	Prevenção.....	185
11	Uma política organizacional de combate ao alcoolismo.....	186
	Considerações finais.....	188
	Referências.....	190

#### JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA

##### Acórdãos na Íntegra

##### Tribunal Superior do Trabalho

RR – Serviço social autônomo – Contratação de pessoal – Desnecessidade de realização de processo seletivo público. Processo: RR 91900-66.2008.5.04.0028.....	195
--	-----

##### Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região

RO – Danos morais e materiais – Responsabilidade pré contratual Processo TRT/SP nº. 00006417220115020017.....	205
--	-----

##### Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região

Advogado – Vínculo de emprego – Configuração. TRT/RO/01691-2010-004-03-00-8.....	211
--	-----

##### Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região

Dano existencial – Jornada extra excedente do limite legal de tolerância – Direitos fundamentais Processo: RO 0000105-14.2011.5.04.0241 .....	221
--	-----

<b>Ementário</b> .....	229
------------------------	-----

<b>Tendências Jurisprudenciais</b> .....	241
--	-----

<b>Índice</b> .....	247
---------------------	-----

<b>Instruções para os autores</b> .....	251
---	-----